

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA

Graduação em Administração – GADM

**A GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA
PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE
FORTALECIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.**

MATHEUS CARTAXO PIRES DE SÁ FREIRE

João Pessoa

Julho 2026

MATHEUS CARTAXO PIRES DE SÁ FREIRE

**A GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA
PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE
FORTALECIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.**

Trabalho de Curso apresentado como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Administração, pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba / UFPB.

Docente Orientador: Prof. Rita de Cassia de Faria Pereira

João Pessoa

Julho 2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F866g Freire, Matheus Cartaxo Pires de Sá.

A gestão da política pública de economia solidária na Paraíba: uma análise dos instrumentos de fortalecimento dos empreendimentos solidários / Matheus Cartaxo Pires de Sá Freire. - João Pessoa, 2026.
31 f.

Orientação: Rita de Cassia de Faria Pereira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Economia solidária. 2. Políticas públicas. 3. Gestão pública. I. Pereira, Rita de Cassia de Faria.
II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 005(043)

Folha de aprovação

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração.

Aluno: Matheus Cartaxo Pires de Sá Freire

Trabalho: A gestão da política pública de economia solidária na paraíba: uma análise dos instrumentos de fortalecimento dos empreendimentos solidários.

Área da pesquisa: Gestão de políticas pública

Data de aprovação:

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 **RITA DE CASSIA DE FARIA PEREIRA**
Data: 12/08/2026 06:42:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Rita de Cassia de Faria Pereira

Documento assinado digitalmente
 **DANIELLE FERNANDES RODRIGUES**
Data: 12/08/2026 15:29:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Danielle Fernandes Rodrigues

Documento assinado digitalmente
 **RENATA FRANCISCO BALDANZA**
Data: 12/08/2026 06:59:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Renata Baldanza

RESUMO

A presente pesquisa analisa a gestão da política pública de economia solidária no estado da Paraíba, com foco nos instrumentos utilizados para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. O estudo tem como objetivo geral analisar de que forma os instrumentos utilizados pela política pública de economia solidária na Paraíba contribuem para o fortalecimento dos empreendimentos solidários. Para alcançar esse objetivo, utiliza pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental. A pesquisa baseia-se na análise de livros, artigos científicos, legislações, documentos institucionais e publicações oficiais relacionadas à economia solidária e às políticas públicas implementadas nos âmbitos federal e estadual. Os resultados evidenciam que a Paraíba apresenta trajetória de destaque na institucionalização da economia solidária, desenvolvendo instrumentos como a criação de estruturas administrativas específicas, a implantação das Casas de Economia Solidária, a realização de feiras permanentes, ações de capacitação, incentivo à comercialização e apoio aos empreendimentos solidários. A análise também demonstra que a aprovação da Política Nacional de Economia Solidária representa um avanço para o fortalecimento dessas iniciativas, embora persistam desafios relacionados à continuidade administrativa, ao financiamento das ações, à ampliação da assistência técnica e ao monitoramento das políticas implementadas. Os resultados da pesquisa indicam que os instrumentos de gestão pública analisados contribuem para o fortalecimento dos empreendimentos solidários, promovendo inclusão produtiva, geração de renda e desenvolvimento local, além de reforçarem a importância da economia solidária como estratégia permanente de política pública.

Palavras-Chave: Economia solidária; Políticas públicas; Gestão pública.

ABSTRACT

This study analyzes the management of the public policy for the solidarity economy in the state of Paraíba, Brazil, focusing on the instruments adopted to strengthen solidarity economy enterprises. The main objective is to analyze how the instruments adopted by the public policy on the solidarity economy in Paraíba contribute to the strengthening of these enterprises. To achieve this objective, the study adopts a qualitative and descriptive approach based on bibliographic and documentary research. The analysis draws upon books, scientific articles, legislation, institutional documents, and official publications related to the solidarity economy and to public policies implemented at both the federal and state levels. The findings indicate that Paraíba has established a prominent trajectory in the institutionalization of the solidarity economy by developing instruments such as dedicated administrative structures, the implementation of the *Casas de Economia Solidária* (Solidarity Economy Centers), permanent trade fairs, training initiatives, support for commercialization, and assistance to solidarity economy enterprises. The analysis also shows that the enactment of the National Solidarity Economy Policy represents a significant step toward strengthening these initiatives, although challenges remain regarding policy continuity, funding, the expansion of technical assistance, and the monitoring of public policies. The research findings indicate that the public management instruments analyzed contribute to strengthening solidarity economy enterprises by fostering productive inclusion, income generation, and local development, while reinforcing the role of the solidarity economy as a permanent public policy strategy.

Keywords: Solidarity economy; Public policy; Public management.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Sigla	Significado
CBCAFES	Centro Público de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária
CNES	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDH	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESAES	Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária
SESOL	Secretaria Executiva de Economia Solidária
SINAES	Sistema Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO	9
2.1	Economia solidária.....	9
2.1.1	Conceitos, princípios e evolução da economia solidária no Brasil.....	9
2.1.2	A economia solidária como política pública.....	12
2.1.2.1	A política pública de economia solidária na Paraíba.....	14
2.1.3	Instrumentos de fortalecimento dos empreendimentos solidários	15
2.1.3.1	Instrumentos adotados pela política pública de economia solidária na Paraíba	18
3	METODOLOGIA	21
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
5	CONCLUSÕES FINAIS	26
6	REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

A economia solidária tem se consolidado como uma importante estratégia de desenvolvimento social e econômico, que propõe um modo de produção autogestionário, democrático, cooperativo e de participação coletiva. Diferentemente das formas tradicionais de organização econômica, esse modelo busca conciliar geração de trabalho e renda com inclusão social, valorizando empreendimentos coletivos, como cooperativas, associações e grupos produtivos (Leal; Rodrigues, 2018). Este modelo de economia vem se transformando em um potente mecanismo gerador de trabalho e renda, sendo favorecida com políticas públicas que foram implementadas entre os anos 2004 e 2014 no Brasil. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados, trabalhadores do mercado informal, subempregados ou autônomos e pelos empobrecidos e vulneráveis socialmente (Culti, 2014).

Nesse contexto, o papel do Estado torna-se relevante ao estruturar políticas públicas capazes de promover condições favoráveis ao fortalecimento desses empreendimentos, por meio de instrumentos, tais como: feiras, capacitação, espaços públicos, cessão de equipamentos e parcerias institucionais que incentivem sua organização, sustentabilidade e inserção nos mercados. Silva (2018) destaca a importância dos empreendimentos de economia solidária (EES) para o desenvolvimento social sustentável, os quais passaram a ser tema frequente na formulação das políticas públicas pelos governos nas diversas esferas da federação.

No Brasil, a inserção da economia solidária na agenda governamental se anunciou como um ato desafiador à administração pública brasileira. Na busca por uma estratégia de combate ao desemprego, a política foi desenhada segundo pressupostos de que o trabalho não se restringe ao emprego assalariado, e que a efetividade da ação do estado na geração de renda e desenvolvimento local implica uma perspectiva de atuação transversal e participativa (Silva, 2021).

A Economia Solidária se faz presente no Estado da Paraíba por meio de esforços da Secretaria Executiva de Economia Solidária (SESOL), vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba (SEDH) por meio de diferentes instrumentos, entre os quais se destacam ações de capacitação, apoio à comercialização, assistência técnica, feiras, parcerias institucionais e equipamentos públicos, como as casas de economia solidária (PARAÍBA, 2026).

Entretanto, apesar dos esforços envidados pelo poder público, ainda falta dados que apoiem a compreensão sobre como essas ações são organizadas e como contribuem para o fortalecimento desses empreendimentos.

Diante desse cenário, surge o seguinte questionamento: de que forma os instrumentos utilizados pela política pública de economia solidária na Paraíba contribuem para o fortalecimento dos empreendimentos solidários? A análise desse problema permite compreender não apenas quais instrumentos são utilizados pelo Estado da Paraíba, mas também suas finalidades, formas de funcionamento e os desafios relacionados à sua utilização, contribuindo para uma melhor avaliação da gestão da política pública de economia solidária no contexto paraibano.

A relevância desta pesquisa está associada à importância da economia solidária como política pública voltada ao fortalecimento de empreendimentos formados por cooperativas, associações, grupos produtivos e trabalhadores que encontram no trabalho coletivo uma alternativa para geração de renda, inclusão produtiva e participação social. Além disso, o estudo possibilita compreender como instrumentos como feiras, capacitações, apoio à comercialização, equipamentos públicos, assistência técnica e parcerias institucionais contribuem para melhorar as condições de funcionamento desses empreendimentos.

Em âmbito social, a pesquisa torna-se relevante por abordar uma política pública direcionada a grupos que, em muitos casos, encontram-se em situação de vulnerabilidade econômica e social. Nesse sentido, compreender a atuação dos instrumentos de fortalecimento permite avaliar de que maneira as ações desenvolvidas pelo poder público contribuem para ampliar oportunidades de trabalho, geração de renda e fortalecimento da organização coletiva. Também possibilita refletir se essas iniciativas representam ações isoladas ou se constituem mecanismos capazes de promover resultados mais consistentes e duradouros.

No campo da Administração, o estudo contribui para a compreensão da gestão de políticas públicas, ao analisar os instrumentos utilizados pelo Estado para alcançar os objetivos da política de economia solidária. Trata-se de uma abordagem que relaciona conceitos de Administração Pública, implementação de políticas públicas e gestão de programas governamentais, ampliando as discussões sobre mecanismos de fortalecimento de empreendimentos solidários. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa busca contribuir para a produção de conhecimentos sobre economia solidária dentro da área da Administração,

especialmente ao adotar um recorte específico sobre a realidade da Paraíba, permitindo uma análise contextualizada e compatível com as características da política pública estadual.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar de que forma os instrumentos utilizados pela política pública de economia solidária na Paraíba contribuem para o fortalecimento dos empreendimentos solidários. Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (1) identificar os principais instrumentos utilizados pela política pública de economia solidária na Paraíba para o fortalecimento dos empreendimentos solidários; (2) caracterizar as finalidades e as formas de funcionamento desses instrumentos; e (3) identificar os principais desafios enfrentados relacionados à utilização desses instrumentos para o fortalecimento dos empreendimentos solidários.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico. O estudo fundamenta-se na literatura científica sobre economia solidária, políticas públicas e instrumentos de fortalecimento dos empreendimentos solidários, incluindo legislação, planos, programas, relatórios, editais e documentos institucionais. As informações serão organizadas conforme os instrumentos de fortalecimento identificados e analisadas à luz da literatura da área, buscando compreender suas características, finalidades, formas de atuação e sua contribuição para o fortalecimento dos empreendimentos solidários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Deste ponto em diante, o estudo teórico seguirá a análise do referencial bibliográfico levantado na presente pesquisa compreendendo os elementos que transitam em torno da Economia Solidária. Esse contexto possibilita apreciar os instrumentos utilizados para o fortalecimento dos empreendimentos solidários e compreender como a Economia Solidária colabora para a promoção da igualdade, da cooperação e do desenvolvimento humano na Paraíba.

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1.1 Conceitos, princípios e evolução da economia solidária no Brasil

A economia solidária constitui uma forma de organização econômica e social fundamentada na cooperação, na autogestão, na solidariedade e na valorização do trabalho coletivo. Diferentemente do modelo econômico convencional, centrado na maximização do

lucro e na predominância do capital sobre o trabalho, a economia solidária propõe uma organização produtiva baseada na participação democrática, na gestão compartilhada e na distribuição mais equitativa dos resultados obtidos pelos empreendimentos. Nesse contexto, seu desenvolvimento está diretamente relacionado à construção de alternativas capazes de promover inclusão produtiva, geração de trabalho e renda, fortalecimento das economias locais e redução das desigualdades sociais. (Leal; Rodrigues, 2018); (Almeida; 2025)

Embora apresente diferentes abordagens conceituais na literatura, observa-se um consenso entre os principais estudiosos quanto aos elementos que caracterizam a economia solidária. Para Singer (2002), um dos principais responsáveis pela consolidação do tema no Brasil, a economia solidária representa um modo de produção fundamentado na propriedade coletiva dos meios de produção, na autogestão dos empreendimentos e na participação democrática de seus integrantes. Nessa perspectiva, trabalhadores e trabalhadoras deixam de ocupar exclusivamente a posição de empregados para assumirem, simultaneamente, a condição de proprietários e gestores dos empreendimentos, compartilhando decisões, responsabilidades e resultados.

Complementando essa compreensão, Gaiger (2004) destaca que a economia solidária constitui uma alternativa concreta de organização econômica capaz de conciliar eficiência produtiva com inclusão social, demonstrando que empreendimentos autogestionários podem apresentar viabilidade econômica sem abandonar princípios de cooperação e solidariedade. Para o autor, a sustentabilidade dessas iniciativas depende da capacidade de combinar racionalidade econômica com práticas democráticas de gestão, fortalecendo tanto a geração de renda quanto o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas.

Sob outra perspectiva, Mance (2002) enfatiza que a economia solidária deve ser compreendida como uma rede de colaboração solidária, na qual diferentes empreendimentos, organizações e indivíduos estabelecem relações de cooperação voltadas à produção, comercialização, consumo e financiamento solidário. Para esse autor, a constituição de redes fortalece os empreendimentos ao ampliar mercados, compartilhar conhecimentos, reduzir custos e promover relações econômicas pautadas pela solidariedade e pela reciprocidade.

França Filho e Laville (2004), por sua vez, ampliam essa discussão ao defenderem que a economia solidária ultrapassa a dimensão estritamente econômica, assumindo também um importante papel social, político e territorial. Segundo os autores, trata-se de um campo de práticas que fortalece a participação cidadã, estimula a construção de vínculos comunitários e

contribui para a promoção do desenvolvimento local por meio da articulação entre Estado, sociedade civil e organizações coletivas.

Apesar das diferentes perspectivas apresentadas pelos autores, observa-se a convergência em torno de princípios fundamentais que caracterizam a economia solidária. Entre eles destacam-se a autogestão, entendida como a participação democrática dos membros na administração dos empreendimentos; a cooperação, baseada na atuação coletiva em substituição à lógica da competição; a solidariedade, que privilegia relações econômicas orientadas pelo benefício coletivo; a valorização do trabalho humano como elemento central da atividade econômica; e o compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Esses princípios diferenciam os empreendimentos solidários das organizações empresariais tradicionais, conferindo-lhes características próprias de gestão e funcionamento.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2026), no Brasil, a economia solidária ganhou maior visibilidade a partir das décadas de 1980 e 1990, em um contexto marcado pela reestruturação produtiva, pelo crescimento do desemprego estrutural e pelo aumento da informalidade. Diante das dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho, diversos grupos de trabalhadores passaram a organizar cooperativas, associações e outras formas coletivas de produção como estratégias de geração de trabalho e renda. Paralelamente, universidades, movimentos sociais, organizações religiosas e entidades de apoio passaram a incentivar e acompanhar essas iniciativas, contribuindo para sua expansão em diferentes regiões do país. (Santos, 2026); (Santos e Santos, 2021).

De acordo com Leal e Rodrigues (2018), ao longo dos anos, esse movimento deixou de representar apenas uma resposta às crises econômicas e passou a consolidar-se como uma estratégia de desenvolvimento baseada na cooperação, na inclusão social e na participação democrática. O fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, aliado à crescente produção acadêmica sobre o tema e à mobilização da sociedade civil, contribuiu para ampliar seu reconhecimento institucional e criar as condições necessárias para que a economia solidária fosse incorporada à agenda governamental, dando origem às primeiras políticas públicas específicas voltadas ao seu fortalecimento. (Chiariello; Fonseca, 2021).

Assim, compreender os conceitos, princípios e a evolução histórica da economia solidária torna-se essencial para analisar sua consolidação como política pública no Brasil. A institucionalização desse campo de atuação representa um marco importante na ampliação das

ações de apoio aos empreendimentos econômicos solidários, tema que será discutido na seção seguinte.

2.1.2 A economia solidária como política pública

A consolidação da economia solidária como política pública representa o reconhecimento por parte do Estado. De acordo com Nagem e Silva:

[...] a temática da economia solidária passou a adentrar o debate sobre a atuação do Estado no mundo do trabalho como estratégia de combate à crise do desemprego, até chegar ao ponto de alguns estados e municípios começaram a incluir em sua agenda governamental ações de apoio aos grupos e iniciativas de economia solidária. (Nagem e Silva, 2013, p. 162)

França Filho e Laville (2004), analisam que as políticas de economia solidária inauguraram no Brasil uma nova forma de intervenção do Estado na geração de trabalho e renda que vai além da relação assalariada. Desse modo, sua incorporação às políticas públicas ampliou a responsabilidade estatal na criação de condições institucionais, técnicas, econômicas e jurídicas necessárias à sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2026) e Silva (2011), um marco importante desse processo de institucionalização ocorreu em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária — SENAES, no âmbito do então Ministério do Trabalho e Emprego. A Secretaria surgiu em um período de ampliação do reconhecimento público da economia solidária e assumiu a responsabilidade de formular, coordenar e articular ações federais voltadas ao setor. Entre suas iniciativas estiveram o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, a formação de trabalhadores e agentes de desenvolvimento, o incentivo à comercialização, o apoio a redes de cooperação e a articulação com outras políticas governamentais.

Compreender a economia solidária como política pública representa, assim, uma mudança na forma de atuação do Estado. Em vez de limitar-se à concessão de auxílios pontuais a grupos em situação de vulnerabilidade, o poder público passa a reconhecer o trabalho associado e autogestionário como parte de uma estratégia de desenvolvimento. Isso significa incorporar princípios como cooperação, participação democrática, solidariedade e sustentabilidade à formulação das ações governamentais, bem como reconhecer os empreendimentos econômicos solidários como organizações capazes de produzir bens, prestar serviços, gerar renda e contribuir para o desenvolvimento dos territórios nos quais estão inseridos. (Silva, 2021)

Essa concepção também pressupõe a participação ativa da sociedade civil na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas. Diferentemente de modelos centralizados, nos quais o governo define unilateralmente as ações e seus destinatários, a política de economia solidária foi constituída com expressiva participação de fóruns, redes, empreendimentos, movimentos sociais e entidades de apoio. (Lima, 2015)

Sob essa perspectiva, o Conselho Nacional de Economia Solidária — CNES assumiu papel relevante como espaço de interlocução entre governo e sociedade civil. Instituído em 2006, o Conselho possui natureza consultiva e propositiva e tem como objetivo promover o diálogo, a articulação e a busca de consensos em torno das políticas e ações de fortalecimento da economia solidária. Sua composição expressa a necessidade de participação dos diferentes atores envolvidos, incluindo representantes do poder público, dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio e fomento. (Ministério do Trabalho e Emprego, 2026)

A aprovação da Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, denominada Lei Paul Singer, representou um importante marco jurídico para a institucionalização da economia solidária no país (BRASIL, 2024). A norma dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária, institui a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES). A legislação estabelece fundamentos, princípios, diretrizes e objetivos para a atuação do poder público, além de reconhecer formalmente os empreendimentos solidários e organizar os mecanismos de articulação entre os entes federativos e a sociedade civil.

Dentre os objetivos da Política Nacional de Economia Solidária encontram-se o fortalecimento institucional dos empreendimentos, a ampliação de seu acesso a mercados, crédito, tecnologias, formação, assistência técnica e instrumentos de comercialização. A política também busca estimular o trabalho associado e cooperativado, promover o desenvolvimento sustentável e reduzir situações de vulnerabilidade socioeconômica. (Silva, 2021); (Brasil, 2024).

A regulamentação da Política Nacional de Economia Solidária e do Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES) foi posteriormente estabelecida pelo Decreto nº 12.784, de 19 de dezembro de 2025, que regulamentou a Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, detalhando sua implementação e a organização do sistema nacional (BRASIL, 2025). Esse novo

marco normativo fortalece a institucionalização da política pública, contribuindo para conferir maior continuidade e segurança jurídica às ações de economia solidária.

Embora a Política Nacional de Economia Solidária estabeleça diretrizes gerais para sua implementação, sua operacionalização assume características próprias em cada unidade da Federação, considerando aspectos como a trajetória institucional, a estrutura administrativa e as especificidades socioeconômicas locais. Nesse caso, torna-se relevante compreender como a economia solidária foi incorporada à agenda governamental do estado da Paraíba, bem como as estruturas institucionais criadas e as principais ações desenvolvidas para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, aspectos abordados na seção seguinte.

2.1.2.1 A política pública de economia solidária na Paraíba

A política pública de economia solidária na Paraíba está organizada a partir de uma estrutura institucional responsável pela formulação, coordenação e execução de ações voltadas ao fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Ao longo de sua consolidação, o Estado instituiu órgãos específicos e desenvolveu mecanismos destinados a apoiar a produção, a comercialização, a formação, a assistência técnica e a organização desses empreendimentos. A compreensão dessa estrutura administrativa e das principais ações desenvolvidas pelo poder público estadual é fundamental para analisar como a política de economia solidária vem sendo implementada no contexto paraibano.

Nos últimos anos, a estrutura administrativa estadual passou por importantes transformações, refletindo o fortalecimento da economia solidária como área estratégica da gestão pública. Inicialmente organizada por meio da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES), criada pela Medida Provisória nº 230/2015, a política estadual passou posteriormente por uma reorganização administrativa que resultou no surgimento da Secretaria de Estado da Economia Solidária (SESOL), reestruturada pela Medida Provisória nº 275/2019, conferindo maior autonomia institucional à temática e ampliando sua capacidade de planejamento e execução das políticas públicas voltadas ao setor. Essa mudança representa um importante avanço institucional, ao reconhecer a economia solidária como uma política pública que demanda estrutura administrativa própria e atuação permanente. (PARAÍBA, 2026)

Entre as competências atribuídas à Secretaria destacam-se a formulação, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de economia solidária no estado, bem como a articulação com outros órgãos governamentais, instituições de ensino,

entidades de apoio, organizações da sociedade civil e empreendimentos econômicos solidários. Além disso, compete à Secretaria promover ações de fortalecimento da produção, da comercialização, da formação, da assistência técnica e da organização dos empreendimentos, contribuindo para sua sustentabilidade econômica e social. (PARAÍBA, 2026)

Para alcançar esses objetivos, a política pública estadual desenvolve diferentes programas e ações destinados ao fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Entre essas iniciativas destacam-se o incentivo à participação em feiras estaduais e nacionais, o apoio à comercialização dos produtos, a realização de cursos de formação e capacitação, a assistência técnica aos empreendimentos, o fortalecimento das Casas (equipamentos públicos) da Economia Solidária, a entrega de equipamentos destinados à melhoria das condições produtivas, além da celebração de parcerias com universidades, instituições públicas e entidades. Essas ações buscam ampliar as oportunidades de geração de renda, fortalecer a gestão dos empreendimentos e promover sua inserção em mercados institucionais e privados. (PARAÍBA, 2026)

A consolidação da economia solidária como política pública na Paraíba evidencia o compromisso do Estado com a promoção de alternativas de geração de trabalho, renda e inclusão produtiva. Contudo, a existência de uma estrutura institucional e de um arcabouço normativo, embora essencial, não é suficiente para assegurar o fortalecimento dos empreendimentos. A efetividade dessa política depende da implementação de mecanismos capazes de responder às necessidades desses empreendimentos, ampliando suas condições de organização, produção, comercialização e gestão. Por isso, torna-se necessário compreender os principais instrumentos de fortalecimento identificados pela literatura, os quais constituem a base das ações desenvolvidas pelas políticas públicas de economia solidária e serão abordados na seção seguinte.

2.1.3 Instrumentos de fortalecimento dos empreendimentos solidários

O fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários depende da adoção de diferentes instrumentos capazes de ampliar suas condições de organização, produção, comercialização e inserção no mercado. As políticas públicas de economia solidária reúnem um conjunto de mecanismos destinados a apoiar o desenvolvimento dessas organizações, promovendo sua sustentabilidade econômica e social. A seguir, serão apresentados os principais instrumentos identificados na literatura e na legislação brasileira.

As feiras de economia solidária constituem um dos instrumentos mais tradicionais de fortalecimento dos empreendimentos, ao proporcionarem espaços de comercialização, divulgação dos produtos e aproximação entre produtores e consumidores. Além da possibilidade de geração de renda, esses eventos contribuem para o desenvolvimento de competências relacionadas à comercialização, ao marketing e à organização dos empreendimentos, funcionando também como espaços de aprendizagem e aperfeiçoamento das práticas de gestão. Nesse contexto, Pereira (2009, p. 42) afirma que:

No que cerne a participação de eventos públicos e feiras: é recomendável que os grupos disponham a participar de eventos públicos e feiras de comercialização como estágio de processo de aprendizagem, no que se refere a comercialização, Marketing e geração de receita. (Pereira, 2009, p. 42)

Dessa forma, as feiras desempenham papel relevante não apenas na comercialização dos produtos, mas também na qualificação dos empreendimentos econômicos solidários, fortalecendo sua capacidade de atuação e permanência no mercado.

A formação e a capacitação constituem outro importante mecanismo de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. A oferta de cursos, oficinas, seminários e atividades formativas contribui para o desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e organizacionais dos trabalhadores, fortalecendo sua capacidade de autogestão e de tomada de decisões coletivas. Além disso, a formação permanente favorece a difusão dos princípios da economia solidária, contribuindo para o fortalecimento da identidade dos empreendimentos e para a qualificação de suas práticas produtivas e administrativas. Nesse sentido, a Lei nº 15.068, de 2024, ao instituir a Política Nacional de Economia Solidária, estabelece a formação, a assistência técnica e a qualificação social e profissional como um dos eixos de ação da política pública, reconhecendo esses instrumentos como essenciais para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários (BRASIL, 2024). Em consonância com essas diretrizes, o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e o Ministério do Trabalho e Emprego lançaram, em 2026, o programa Educar e Cooperar, voltado à oferta de cursos, consultorias e ações de qualificação para empreendimentos econômicos solidários e gestores públicos, evidenciando que a capacitação permanece como uma das principais estratégias de fortalecimento da economia solidária (SEBRAE, 2026).

O acesso ao financiamento também constitui um desafio recorrente para os empreendimentos econômicos solidários. Em razão de suas características organizacionais, muitas dessas iniciativas enfrentam dificuldades para acessar linhas tradicionais de crédito. Nesse contexto, políticas públicas que promovam mecanismos de financiamento, fundos

solidários, cooperativas de crédito, bancos comunitários e outras formas de finanças solidárias tornam-se fundamentais para ampliar a capacidade de investimento e garantir condições adequadas para o desenvolvimento das atividades produtivas. (PARAÍBA, 2026)

Outro instrumento frequentemente apontado pela literatura refere-se às compras públicas. A utilização do poder de compra do Estado como mecanismo de incentivo aos empreendimentos econômicos solidários permite ampliar mercados consumidores e fortalecer a produção local. Ao priorizar ou facilitar a participação desses empreendimentos em processos de aquisição pública, as políticas governamentais contribuem para promover inclusão produtiva, geração de renda e desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo em que fortalecem cadeias produtivas locais. Esse entendimento pode ser observado na Lei nº 11.363, de 17 de janeiro de 2023, do Estado do Rio Grande do Norte, que instituiu o Programa Estadual de Compras Governamentais da Economia Solidária com a finalidade de garantir a aquisição de produtos e a contratação de serviços de empreendimentos da economia solidária, além de incentivar sua inserção nas compras públicas estaduais, fortalecendo a comercialização, a geração de trabalho e renda e a inclusão econômica e social (RIO GRANDE DO NORTE, 2023).

A literatura também destaca a importância das redes de cooperação e das parcerias institucionais como instrumentos capazes de ampliar a capacidade de atuação dos empreendimentos. As redes possibilitam o compartilhamento de conhecimentos, experiências, recursos e mercados, fortalecendo relações de cooperação entre diferentes empreendimentos. Além disso, as parcerias institucionais ampliam o acesso à capacitação, assistência técnica, inovação, desenvolvimento tecnológico e oportunidades de comercialização. Desse modo, Culti comenta que:

[...] um total significativo de instituições de apoio que atuam na economia solidária em todo o país. Essas instituições podem ampliar a dinâmica social no sentido de aumentar o capital social e produtivo criando novos arranjos institucionais resultantes da articulação de parcerias com: agências de desenvolvimento (os IDR); instituições de crédito; centros nacionais e internacionais de desenvolvimento tecnológicos; empresa de assistência técnica e extensão rural (EMATER); serviço brasileiro de apoio à pequena e média empresa (SEBRAE); instituições governamentais; instituições não-governamentais; empresas que desenvolvem uma política de responsabilidade social; órgãos especializados junto às secretarias de planejamento, desenvolvimento econômico, indústria, comércio e agricultura; conselhos para a gestão integrada das políticas; fóruns permanentes de debates sobre o desenvolvimento local e economia solidária. (Culti, 2014, p.7)

Embora esses instrumentos sejam amplamente discutidos pela literatura e utilizados em diferentes experiências de políticas públicas no Brasil, sua implementação assume

características específicas conforme o contexto institucional de cada unidade da Federação. No estado da Paraíba, a política pública de economia solidária incorporou diversos desses mecanismos ao longo de sua trajetória, adaptando-os às demandas dos empreendimentos e às particularidades do contexto estadual. Nesse sentido, a seção seguinte apresenta os principais instrumentos adotados pela política pública de economia solidária na Paraíba, os quais constituem o objeto de análise deste estudo.

2.1.3.1 Instrumentos adotados pela política pública de economia solidária na Paraíba

Os instrumentos de fortalecimento discutidos na literatura são incorporados de diferentes formas pelas políticas públicas de economia solidária, conforme as características e prioridades de cada contexto. No estado da Paraíba, esses mecanismos integram as ações desenvolvidas pelo poder público em apoio aos empreendimentos econômicos solidários. A seguir, são apresentados os principais instrumentos adotados pela política pública estadual.

Entre os principais instrumentos utilizados pela política estadual destacam-se as Casas da Economia Solidária, consideradas um dos mais importantes equipamentos públicos destinados ao fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários na Paraíba. Esses espaços foram concebidos para oferecer infraestrutura destinada à exposição e comercialização de produtos, realização de capacitações, reuniões, atividades formativas e articulação entre empreendimentos, consumidores e instituições parceiras. Além de funcionarem como espaços permanentes de comercialização, as Casas também desempenham papel relevante na promoção da economia solidária junto à sociedade e no fortalecimento das redes locais de cooperação. Como destaca Barbosa (2021):

A Economia Solidária se confirma no Estado da Paraíba, em especial João Pessoa como política pública, de inclusão produtiva, social, cultural e geração de renda, devido ao sucesso dos Empreendimentos Econômicos Solidários na comercialização de seus produtos e apoio do Governo do Estado em capacitações, através do Centro Público de Economia Solidária em João Pessoa e entrega de equipamentos aos grupos de Artesanato, Resíduos Sólidos e Agricultura Familiar. (Barbosa, 2021, p. 46)

De acordo com Campos (2016), a implantação das primeiras Casas da Economia Solidária na Paraíba representou um importante avanço na estruturação da política pública estadual, ampliando as oportunidades de comercialização dos produtos e fortalecendo a presença dos empreendimentos solidários em diferentes regiões do estado. Segundo a autora, esses equipamentos passaram a constituir espaços de referência para organização da produção,

articulação entre os empreendimentos e promoção da economia solidária, aproximando produtores, consumidores e instituições de apoio.

Um exemplo da importância desses equipamentos solidários é ilustrado por Silva:

[...] surgiu a central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do cariri ocidental da Paraíba (EcoSol - Sumé) com a finalidade de fornecer aos EES do cariri, capacitação, assessoramento, além de disponibilizar espaço comum para a comercialização de produtos da agricultura familiar e do artesanato. (Silva, 2018, p. 6)

Outro importante instrumento adotado pelo Estado refere-se à realização e ao apoio a feiras de economia solidária. Esses eventos constituem espaços destinados à comercialização de produtos e serviços, permitindo que os empreendimentos ampliem sua visibilidade, estabeleçam novos canais de venda e fortaleçam sua relação com os consumidores. Além da dimensão econômica, as feiras promovem a divulgação dos princípios da economia solidária, estimulam o intercâmbio de experiências entre os empreendimentos e fortalecem a identidade do movimento no estado (Silva, 2018).

Outro instrumento frequentemente utilizado pela política estadual consiste na entrega de equipamentos destinados ao fortalecimento da capacidade produtiva e comercial dos empreendimentos. A disponibilização de triciclos, máquinas, equipamentos de produção, utensílios e outros bens materiais busca atender às necessidades específicas das organizações beneficiadas, contribuindo para melhorar suas condições de trabalho, ampliar sua capacidade produtiva e facilitar a comercialização dos produtos. Esse tipo de apoio representa importante investimento público na estruturação dos empreendimentos econômicos solidários. Na Paraíba, esse instrumento pode ser observado na entrega de triciclos a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, iniciativa voltada ao fortalecimento das condições de trabalho e da atividade produtiva desses empreendimentos (PARAÍBA JÁ, 2025).

A política pública estadual também atribui significativa importância às ações de formação e capacitação. A realização de cursos, oficinas, seminários e atividades educativas busca fortalecer as competências técnicas, administrativas e gerenciais dos trabalhadores, contribuindo para o aprimoramento da autogestão e da organização coletiva dos empreendimentos. Essas ações possibilitam o desenvolvimento de conhecimentos relacionados à produção, gestão financeira, comercialização, cooperativismo, associativismo e demais aspectos necessários ao funcionamento sustentável das organizações solidárias (Silva, 2018).

Associada às atividades formativas, a assistência técnica constitui outro instrumento relevante adotado pela política pública estadual. O acompanhamento técnico oferecido aos empreendimentos tem como finalidade orientar processos produtivos, aperfeiçoar práticas de gestão, apoiar a organização administrativa e identificar oportunidades de fortalecimento econômico e organizacional. Essa atuação busca atender às demandas específicas de cada empreendimento, respeitando suas características produtivas e seus princípios de autogestão (Silva, 2018).

O estabelecimento de parcerias institucionais é outro aspecto que caracteriza a política pública de economia solidária na Paraíba. A articulação com instituições, universidades, institutos federais, organizações da sociedade civil e demais órgãos públicos amplia a capacidade de execução das ações governamentais, permitindo a oferta de capacitações, consultorias, desenvolvimento de tecnologias sociais, apoio à comercialização e execução de projetos voltados ao fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Essas parcerias contribuem para integrar diferentes competências institucionais em benefício do desenvolvimento da economia solidária no estado. Como explica Silva, sobre a central de comercialização de Sumé-PB:

A central, que é gerida pela Secretaria Executiva da Segurança Alimentar e Economia Solidária, tem parceria com a Universidade Federal de Campina Grande, prefeituras de Sumé e São José dos Cordeiros, projeto Cooperar, Procase, além do Conselho Municipal de Cultura e Associação Cultural, ambas de Zabelê. (Silva, 2018, p.20)

Os instrumentos adotados pela política pública de economia solidária na Paraíba evidenciam a incorporação de mecanismos amplamente discutidos pela literatura como relevantes para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. A atuação por meio de equipamentos públicos, feiras, apoio à comercialização, assistência técnica, ações de formação, entrega de equipamentos e parcerias institucionais demonstra a diversidade de estratégias utilizadas pelo Estado no desenvolvimento dessa política pública. A compreensão desses instrumentos fornece o embasamento teórico necessário para a análise proposta neste estudo, que, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, buscará examinar sua utilização no contexto paraibano e suas contribuições para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e caráter descritivo e analítico. O estudo tem como objeto a política pública de economia solidária no estado da Paraíba, com ênfase na identificação e análise dos instrumentos adotados pelo poder público para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir do levantamento e da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses, periódicos e demais produções acadêmicas relacionadas à economia solidária, às políticas públicas, à Administração Pública e aos instrumentos de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Esse procedimento possibilitou a construção do referencial teórico e forneceu os fundamentos conceituais necessários para a compreensão do objeto de estudo.

Adicionalmente, realizou-se pesquisa documental, fundamentada na análise de documentos oficiais relacionados à política pública de economia solidária na Paraíba. A escolha do estado da Paraíba justifica-se por sua trajetória de destaque na institucionalização da política pública de economia solidária. O estado estruturou uma secretaria específica para a área e desenvolveu diferentes instrumentos de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, como as Casas da Economia Solidária, feiras permanentes, ações de capacitação, apoio à comercialização e parcerias institucionais. Essas características tornam a Paraíba um contexto relevante para analisar a gestão dessa política pública. Diante de tudo isso, foram consultados legislações, decretos, medidas provisórias, programas, documentos administrativos e demais materiais produzidos pelos órgãos responsáveis pela formulação e execução da política pública. Também foram utilizados documentos e informações disponibilizados em sítios eletrônicos oficiais e, quando necessário, em outras fontes documentais que registram ações desenvolvidas pelo poder público estadual.

A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a interpretação das informações contidas na literatura e nos documentos analisados, buscando compreender como os instrumentos da política pública são estruturados e de que forma contribuem para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Dessa forma, a pesquisa não tem como finalidade a mensuração de resultados por meio de procedimentos estatísticos, mas a análise das características, finalidades e formas de atuação dos instrumentos identificados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa apresenta caráter descritivo e analítico. É descritiva por identificar e caracterizar os principais instrumentos utilizados pela política pública de economia solidária na Paraíba, evidenciando suas finalidades e formas de implementação. Simultaneamente, possui caráter analítico ao interpretar essas informações à luz da literatura especializada, buscando compreender como tais instrumentos contribuem para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e de que maneira se inserem no contexto da gestão da política pública estadual.

Os procedimentos de coleta de dados compreenderam o levantamento da literatura científica pertinente ao tema e a seleção de documentos oficiais relacionados à política pública de economia solidária na Paraíba. Posteriormente, os documentos e as referências bibliográficas foram organizados conforme os instrumentos de fortalecimento identificados, permitindo a análise de suas características, objetivos e formas de atuação. A interpretação das informações foi realizada com base no referencial teórico construído ao longo da pesquisa, estabelecendo relações entre a literatura especializada e os documentos examinados, de modo a responder ao problema de pesquisa proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura e dos documentos selecionados permitiu identificar os principais instrumentos utilizados pela política pública de economia solidária na Paraíba, bem como suas finalidades e formas de atuação. Os resultados demonstram que a política estadual se desenvolve por meio de diferentes mecanismos de apoio, abrangendo ações relacionadas à produção, à comercialização, à qualificação, à organização e à estruturação dos empreendimentos econômicos solidários.

Nesta seção, os instrumentos identificados são apresentados e discutidos à luz do referencial teórico, buscando compreender de que forma contribuem para o fortalecimento dos empreendimentos acompanhados pelo poder público estadual. Conforme discutido no referencial teórico, a literatura aponta a autogestão, a cooperação e a solidariedade como princípios estruturantes da economia solidária.

Na análise dos documentos da política pública da Paraíba, observa-se que esses princípios se manifestam por meio das ações de capacitação, do incentivo à organização

coletiva dos empreendimentos e do fortalecimento das redes de cooperação, evidenciando a convergência entre a fundamentação teórica e as diretrizes da política estadual.

Observa-se um consenso dos autores em torno dos princípios fundamentais que caracterizam a economia solidária. Entre eles destacam-se a autogestão, compreendida como a participação democrática dos membros na gestão dos empreendimentos; a cooperação, fundamentada na atuação coletiva em substituição à lógica competitiva; a solidariedade, que orienta as relações econômicas para o benefício comum; a valorização do trabalho humano como elemento central da atividade econômica; e o compromisso com a sustentabilidade em suas dimensões econômica, social e ambiental. Em conjunto, esses princípios conferem identidade aos empreendimentos econômicos solidários, distinguindo-os das organizações empresariais convencionais e orientando suas formas de organização, gestão e atuação no mercado.

Dentre os instrumentos identificados, destacam-se os descritos a seguir.

1) Feiras e as ações de apoio à comercialização, utilizadas para ampliar os espaços de exposição e venda dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários. A realização e o apoio à participação em eventos possibilitam maior aproximação entre produtores e consumidores, contribuindo para a divulgação dos produtos, a geração de renda e a formação de novos canais de comercialização (SILVA, 2018). A análise dos documentos da Secretaria Executiva de Economia Solidária evidencia que esse instrumento é operacionalizado por meio da realização de feiras permanentes vinculadas à política pública estadual, entre as quais se destacam a Feira Agroecológica da Economia Solidária, realizada no Centro Administrativo Estadual, em João Pessoa, a feira promovida na Central de Beneficiamento e Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (CBCAFES), no município de Sapé, e a feira desenvolvida na Casa de Economia Solidária do município de Soledade (PARAÍBA, 2026). Esses resultados demonstram que as feiras constituem um dos principais mecanismos de incentivo à comercialização dos empreendimentos econômicos solidários no estado, favorecendo a aproximação entre produtores e consumidores e fortalecendo os circuitos locais de comercialização. Assim, observa-se confluência com a literatura discutida no referencial teórico, que reconhece as feiras como espaços não apenas de venda, mas também de articulação, aprendizagem e fortalecimento das relações entre os participantes da economia solidária.

2) Ações de apoio à comercialização, em especial, os equipamentos públicos de economia solidária, que desempenham papel estratégico no fortalecimento dos empreendimentos ao

oferecer espaços permanentes para exposição, comercialização, formação e articulação dos grupos produtivos. Conhecidos, em sua maioria, como Casas da Economia Solidária, esses equipamentos ampliam as oportunidades de acesso ao mercado e contribuem para a organização das atividades desenvolvidas pelos empreendimentos, fortalecendo sua sustentabilidade econômica e social e promovendo a inclusão social, a valorização do trabalho coletivo e a prática da autogestão (SILVA, 2018). Além de funcionarem como espaços destinados ao apoio à comercialização, esses equipamentos também promovem ações de capacitação, contribuindo para o desenvolvimento de conhecimentos relacionados à produção, à gestão dos empreendimentos e à organização coletiva dos grupos beneficiados. Observa-se também a importância desses espaços para a consolidação da política pública estadual. Ao analisar o Projeto de Ações Integradas, Campos (2016) registra a implantação das primeiras Casas da Economia Solidária nos municípios de Pombal e Sumé, bem como o planejamento de expansão para outras localidades, demonstrando que esses equipamentos constituíram um dos principais instrumentos de interiorização da política pública no estado. Atualmente, a rede estadual conta com equipamentos localizados nos municípios de Sapé, Soledade, Sumé, Pombal, Araruna, Ingá e Barra de Santa Rosa, além do Centro Público Estadual de Economia Solidária, em João Pessoa (PARAÍBA, 2026).

3) Ou Entrega de equipamentos destinados ao fortalecimento da capacidade produtiva e das condições de trabalho dos empreendimentos econômicos solidários. A análise documental evidencia que essa estratégia é utilizada pelo poder público para apoiar grupos produtivos e organizações de catadores de materiais recicláveis, por meio da disponibilização de equipamentos que contribuem para o desenvolvimento de suas atividades. Entre as ações identificadas, destaca-se a entrega de triciclos destinados a associações e cooperativas de catadores, iniciativa voltada à melhoria das condições de coleta, transporte de materiais recicláveis e geração de renda dos trabalhadores beneficiados (PARAÍBA JÁ, 2025). Esses resultados demonstram que, além das ações de formação e comercialização, a política pública estadual também busca fortalecer os empreendimentos por meio de investimentos em infraestrutura e suporte material, ampliando sua capacidade operacional e proporcionando melhores condições para o exercício das atividades econômicas desenvolvidas pelos grupos solidários. Sob essa perspectiva, a entrega de equipamentos contribui para a efetivação dos princípios da economia solidária discutidos no referencial teórico, ao valorizar o trabalho humano, favorecer a cooperação entre os integrantes dos empreendimentos e criar condições mais adequadas para o exercício da autogestão. Ao fortalecer a capacidade produtiva e

promover maior autonomia dos grupos beneficiados, esse instrumento evidencia que o apoio estatal não se restringe ao incentivo econômico, mas também busca consolidar práticas orientadas pela inclusão produtiva, pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento coletivo.

4) Parcerias institucionais, que também se destacam como um importante instrumento de fortalecimento da política pública de economia solidária, possibilitam a articulação entre diferentes instituições e a ampliação da capacidade de implementação das ações governamentais. Embora a análise documental da política pública paraibana evidencie a existência de parcerias em âmbito estadual, as informações disponíveis sobre sua operacionalização são limitadas. Nesse sentido, a parceria firmada entre a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária e o Sebrae constitui um exemplo representativo de como a cooperação interinstitucional pode contribuir para o fortalecimento da economia solidária, por meio da realização de ações voltadas à capacitação, ao fortalecimento da gestão dos empreendimentos, ao apoio à comercialização e à promoção da inclusão produtiva (SEBRAE, 2026). Essa experiência demonstra que a articulação entre órgãos públicos e instituições de apoio amplia o alcance e a efetividade das políticas públicas, ao integrar conhecimentos, recursos e estratégias voltadas ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. Assim, observa-se que as parcerias institucionais representam um mecanismo estratégico para potencializar os resultados das políticas públicas de economia solidária, fortalecendo redes de cooperação e ampliando as condições para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos.

Identifica-se, portanto, que os instrumentos de fortalecimento não atuam de forma isolada, mas de maneira complementar e integrada. A articulação entre ações de formação, assistência técnica, comercialização, equipamentos públicos, entrega de equipamentos e parcerias institucionais amplia as possibilidades de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários, favorecendo sua autonomia, sua capacidade produtiva e sua permanência no mercado. Nesse sentido, a efetividade da política pública de economia solidária depende não apenas da existência desses instrumentos, mas também da capacidade do poder público de implementá-los de forma contínua, articulada e adequada às demandas dos empreendimentos.

Os documentos analisados evidenciam que a política pública de economia solidária na Paraíba busca fortalecer os empreendimentos por meio da utilização integrada de diferentes instrumentos, corroborando os princípios da economia solidária apresentados na literatura,

especialmente no que se refere à valorização do trabalho coletivo, à cooperação, à autogestão e à inclusão produtiva.

A análise realizada permite concluir que os instrumentos adotados pela política pública de economia solidária na Paraíba contribuem para o fortalecimento dos empreendimentos sob diferentes perspectivas. Enquanto as feiras, os equipamentos públicos e as ações de apoio à comercialização ampliam as oportunidades de inserção e permanência no mercado, as capacitações e a assistência técnica favorecem o desenvolvimento de competências relacionadas à produção, à gestão e à organização coletiva. De forma complementar, a entrega de equipamentos melhora as condições de trabalho e fortalece a capacidade produtiva dos empreendimentos, ao passo que as parcerias institucionais ampliam a capacidade de articulação e execução das ações públicas. Assim, os resultados indicam que o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários decorre da atuação integrada desses instrumentos, evidenciando que sua efetividade está associada à capacidade de atender, de maneira articulada, às diferentes necessidades dos grupos produtivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo analisar como os instrumentos utilizados pela política pública de economia solidária na Paraíba contribuem para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental, permitindo compreender a estrutura da política pública estadual e identificar os principais instrumentos utilizados para apoiar esses empreendimentos.

A partir da análise realizada, verificou-se que o objetivo geral foi alcançado, uma vez que foi possível identificar os principais instrumentos de fortalecimento empregados pela política pública de economia solidária na Paraíba, caracterizar suas finalidades e analisar suas contribuições para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. Os resultados evidenciaram que a política pública estadual utiliza diferentes mecanismos de apoio, entre os quais se destacam as feiras de economia solidária, os equipamentos públicos, as ações de capacitação e assistência técnica, a entrega de equipamentos e as parcerias institucionais.

A análise demonstrou que esses instrumentos atuam de forma complementar, atendendo às diferentes necessidades dos empreendimentos. Enquanto as feiras e os equipamentos públicos ampliam as oportunidades de comercialização e fortalecem a inserção dos grupos produtivos no mercado, as ações de capacitação e assistência técnica contribuem para o desenvolvimento de conhecimentos relacionados à produção, à gestão e à organização coletiva. Da mesma forma, a entrega de equipamentos favorece a melhoria das condições de trabalho e da capacidade produtiva, ao passo que as parcerias institucionais ampliam a capacidade de articulação entre o poder público e outras instituições, potencializando a execução das ações voltadas ao fortalecimento da economia solidária.

Os resultados também evidenciaram que o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários não decorre da atuação isolada de um único instrumento, mas da integração entre diferentes mecanismos de apoio, cuja efetividade depende da continuidade das políticas públicas e da articulação entre os diversos atores envolvidos. Nesse sentido, observou-se que a política pública de economia solidária na Paraíba apresenta alinhamento com os princípios da economia solidária discutidos na literatura, especialmente no que se refere à valorização do trabalho coletivo, à autogestão, à cooperação, à inclusão produtiva e ao desenvolvimento sustentável.

Como contribuição, esta pesquisa sistematiza os principais instrumentos utilizados pela política pública de economia solidária na Paraíba, oferecendo uma visão integrada de sua atuação e de suas contribuições para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Além disso, espera-se que os resultados possam subsidiar futuras discussões sobre a gestão dessa política pública e apoiar estudos relacionados à economia solidária em âmbito estadual.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa foi desenvolvida exclusivamente com base em fontes bibliográficas e documentais, não contemplando a percepção dos gestores públicos, das entidades parceiras ou dos integrantes dos empreendimentos econômicos solidários acerca da efetividade dos instrumentos analisados. Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras adotem abordagens empíricas, por meio de entrevistas, estudos de caso ou aplicação de questionários, possibilitando ampliar a compreensão sobre os resultados da política pública sob a perspectiva dos atores diretamente envolvidos. Também se sugere a realização de estudos comparativos entre diferentes estados brasileiros, de modo a identificar experiências, desafios e estratégias que possam contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de economia solidária.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana da Costa Martins de. **Economia Solidária (ES) como alternativa e modelo de transformação social na agricultura familiar fluminense**. 2025. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Gestão Pública, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/24834/2/Dissertação%20-%20Luciana%20da%20Costa%20Martins%20de%20Almeida%20-%202025%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BARBOSA, Sergio Araujo. **Políticas e ações em economia solidária da Secretaria do Desenvolvimento Humano no Estado da Paraíba: 2011-2019**. 2021. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21729>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.784, de 19 de dezembro de 2025**. Regulamenta a Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12784.htm. Acesso em: 21 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024**. Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l15068.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Popular e Solidária**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>. Acesso em: 23 jul. 2026.

CAMPOS, Márcia Christina Kirschner de Siqueira. **Estudo exploratório sobre a implantação de casas de economia solidária no estado da Paraíba**. 2016. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1706>. Acesso em: 27 jul. 2026.

CHIARIELLO, Caio Luis; FONSECA, Sergio Azevedo. A economia solidária na agenda governamental no Brasil, Argentina e Uruguai: uma análise do período recente. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais (RPPI)**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 18-39, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2021v6n1.56293. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/56293>. Acesso em: 15 jul. 2026.

CULTI, Maria Nezilda. Economia solidária no Brasil: tipologias dos empreendimentos econômicos solidários. In: **CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**, 8., 2014, Lisboa. **40 anos de democracia(s): progressos, contradições e perspectivas: Atas do VIII**

Congresso Português de Sociologia. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2014. Disponível em: https://associacaoportuguesasociologia.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0220.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (Coleção Sociedade e Solidariedade). ISBN 85-7025-724-4. Disponível em: <https://www.jeanlouislaville.fr/wp-content/uploads/2020/06/Economia-solidaria.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. **Cayapa: Revista Venezuelana de Economía Social**, Mérida, Venezuela, v. 4, n. 8, p. 9-37, dez. 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/622/62240802.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

LEAL, Kamila Soares; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Economia solidária: conceitos e princípios norteadores. **Revista Humanidades & Inovação**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 210-218, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/844>. Acesso em: 8 jul. 2026.

LIMA, Jacob Carlos. Economia solidária: de movimento social a política pública. In: LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos (org.). **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação.** São Paulo: Annablume, 2015. p. 61-83. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jacob-Lima/publication/301749217_Economia_Solidaria_de_movimento_social_a_politica_publica/links/572531e708aef9c00b846a64/Economia-Solidaria-de-movimento-social-a-politica-publica.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação.** Petrópolis: Vozes, 2002. 368 p. ISBN 85-326-2778-1. Disponível em: <https://euclidesmance.net/docs/redecolaboracao-pt.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013. DOI: 10.1590/S0104-44782013000200010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/34464>. Acesso em: 27 jul. 2026.

PARAÍBA JÁ. Governo da Paraíba inicia entrega de triciclos para catadores de materiais recicláveis. **Paraíba Já**, 4 dez. 2025. Disponível em: <https://paraibaja.com.br/governo-da-paraiba-inicia-entrega-de-triciclos-para-catadores-de-materiais-reciclaveis/>. Acesso em: 22 jul. 2026.

PARAÍBA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. **Casas de Economia Solidária.** João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, [s. d.]. Disponível em: http://paraiba-portal-backend.plone.rke.codataprdb.gov.br/portal_paraiba/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/botoes-pagina-inicial-1/conteudo-de-links/casas-de-economia-solidaria. Acesso em: 24 jul. 2026.

PARAÍBA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. **Locais das feiras em João Pessoa.** João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, [s. d.]. Disponível em: <http://paraiba->

portal-backend.plone.rke.codatapr.d.pb.gov.br/portal_paraiba/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/botoes-pagina-inicial-1/conteudo-de-links/loais-das-feiras-em-joao-pessoa. Acesso em: 24 jul. 2026.

PARAÍBA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES). **Secretaria Executiva de Economia Solidária (SESOL)**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, [s. d.]. Disponível em: http://paraiba-portal-backend.plone.rke.codatapr.d.pb.gov.br/portal_paraiba/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/botoes-pagina-inicial-1/seguranca-alimentar-1/secretaria-executiva-de-seguranca-alimentar-e-economia-solidaria-sesaes. Acesso em: 21 jul. 2026.

PEREIRA, Leonardo Coelho de. **Economia solidária**. Belo Horizonte: O Lutador, 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 11.363, de 17 de janeiro de 2023**. Institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Economia Solidária no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://www.al.rn.leg.br/legislacao/lei/11363>. Acesso em: 22 jul. 2026.

SANTOS, Daniel Pereira dos; SANTOS, Paulo Sérgio dos. A economia solidária na Paraíba: as finanças solidárias como instrumento de crescimento local sustentável. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Brasília: Ipea, n. 71, abr. 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10664/1/bmt%2071_economia_solidaria_paraiba.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

SANTOS, Samuel Silveira dos. **A contribuição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para o fortalecimento da economia solidária no Brasil**. 2026. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2026. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74645>. Acesso em: 27 jul. 2026.

SEBRAE. Sebrae e Ministério do Trabalho lançam programa de capacitação e apoio para atores da economia solidária. **Agência Sebrae de Notícias**, 18 mar. 2026. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/sebrae-e-ministerio-do-trabalho-lancam-programa-de-capacitacao-e-apoio-para-atores-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 22 jul. 2026.

SILVA, Adriano de Sousa. **Economia solidária como política pública: um estudo da Central de Comercialização da Agricultura Familiar e da Economia Solidária do Cariri Ocidental da Paraíba (ECOSOL – Sumé, PB)**. 2018. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, 2018. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/7596>. Acesso em: 8 jul. 2026.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Políticas públicas de economia solidária: avanços, desafios e perspectivas. **Diálogo**, Canoas, n. 18, p. 53-76, jan./jun. 2011. DOI: 10.18316/103. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/103>. Acesso em: 27 jul. 2026.

SILVA, Sandro Pereira. Da inserção ao desmantelamento da política de economia solidária na agenda governamental (2003-2019). **RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do**

Trabalho, Campinas, SP, v. 3, n. 00, p. e021020, 2021. DOI: 10.20396/rbest.v3i00.15938. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/15938>. Acesso em: 8 jul. 2026.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. ISBN 85-86469-51-3. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/5-Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.